



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VALPAÇOS

ATA N.º 4/2024

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte quatro, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Valpaços.

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1) Informação do Presidente da Câmara;**
- 2) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas;**
- 3) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação do percentual a aplicar no ano 2025 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem;**
- 4) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação da percentagem de IRS pretendida pelo Município;**
- 5) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação da taxa de IMI e redução da taxa de IMI para o prédio destinado a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo;**
- 6) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da isenção de IMI para os prédios urbanos construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados a habitação;**
- 7) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do plano municipal de ação climática de Valpaços;**

- 8) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da celebração de contrato de concessão de uso privativo;**
- 9) Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana.**

Composição da Mesa

Presidente: Sr. António Sernache de Sousa;

Primeiro Secretário: Prof.^a Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves;

Segundo Secretário: Sr. António Queirós Simões.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão pelas catorze horas e trinta minutos. Procedeu-se à chamada dos Senhores Membros da Assembleia Municipal, verificando-se a presença de 44 (quarenta e quatro) e a ausência de 7 (sete), a saber:

Manuel Paulo Ribeiro;

Carlos João da Costa Morais;

Francisco Manuel Moreiras Machado;

Luís António Freitas Moutinho;

Almerindo José Lopes;

Nuno Miguel Castro de Freitas; e

Carlos Manuel Eiriz Ferreira.

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia decretou um minuto de silêncio em memórias das vítimas dos incêndios que ocorreram recentemente.

Em seguida, o Senhor Presidente da Assembleia pôs à discussão a ata relativa à sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia dezassete de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, enviada a todos os membros e abriu as inscrições para os Deputados interessados se poderem pronunciar sobre a mesma.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM DUAS ABSTENÇÕES.**

Correspondência recebida

O Presidente da Junta de Freguesia de Bouçoães, Senhor Eurico dos Anjos, comunicou que se vai fazer representar pelo seu substituto legal, o Senhor António Tabuada Taveira

Solicitou a sua substituição, para a presente sessão, a Senhora Deputada, Dra. Isabel Barreira, tendo sido convocado para a substituir o Senhor Manuel Eduardo Rosa Pinheiro.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Canaveses, **Senhor Enf.º Miguel Valpaços.**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, parabenizou o executivo municipal por ter acolhido, exemplarmente, mais uma edição da Baja TT, organizada pela CAMI Motorsport, que decorreu de 7 a 9 de junho de 2024, trazendo a Valpaços um grande número de participantes e espectadores.

Na qualidade de membro da direção do Clube TT “UsPrigozus”, deixou uma palavra de agradecimento ao executivo municipal pela oportunidade que concedeu ao clube para organizar a prova de motocross, que decorreu no âmbito das Festas do Concelho.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiros, **Senhor Professor Saúl Pessoa.**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, referiu que nos dias 14 e 15 de setembro teve lugar, na freguesia de Sonim e Barreiros, a VII Edição da Rota das Adegas e dos Produtos Locais. O evento contou com um cartaz diversificados e de muita qualidade, destacando-se: o passeio TT; a atuação de uma banda filarmónica; os grupos de concertinas; o cinema ao ar livre (filme sobre Sonim); a caminhada pela rota dos lagares cavados na rocha; e o almoço com 400 pessoas.

Destacou o dinamismo da sua freguesia que durante o ano de 2024 conseguiu organizar o Auto da Paixão, as Festas do Senhor do Bonfim e a Rota das Adegas.

Por último, deixou uma palavra de agradecimento pelo apoio prestado na organização à associação humanitária dos bombeiros de Valpaços, agrupamento de escuteiros de Valpaços, colegas Presidentes de Junta, Senhor Presidente da Câmara, António de Medeiros, Senhor vereador Eng.º Jorge Pires e Senhora vereadora Dra. Teresa Pavão.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, Senhor António Castanheira.

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Parabenizou o executivo camarário pela organização de mais uma edição da Feira Franca que decorreu na primeira semana de agosto, com grande sucesso.

Deixou, ainda, uma palavra de apreço e agradecimento ao executivo pela organização das Festas de Valpaços, destacando a presença de muita gente. Destacou a procissão das velas, o circuito motorizado e a majestosa procissão, muito bem organizada pelo Senhor padre Leonel.

Uma palavra de apreço para o Vereador Eng.º Jorge Pires, a Eng.ª Paula Magalhães e aos seus colaboradores que diligenciaram a limpeza das ruas na manhã de domingo da Festa de Valpaços. Por último, destacou a requalificação das obras do cemitério novo, do cemitério velho e do centro de saúde que há muito necessitavam de uma intervenção.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhora Dra. Sónia Barreira.

A Senhora Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Deu nota da realização da II Feira dos Pequenos Frutos que decorreu em Vilarandelo, no dia 23 de junho. Este evento teve um número maior de expositores e um cartaz de melhor qualidade, fruto da ajuda monetária prestada pela Câmara Municipal. A Senhora Presidente de Junta, referiu que o objetivo passa por dar a esta Feira uma dimensão semelhante à Feira da Castanha.

Decorreu, ainda em Vilarandelo, de 7 a 16 de agosto a Feirinha da Caçónia, para dar visibilidade ao bairro com o mesmo nome.

Por último, deu nota de mais uma edição do programa Férias em Grande, juntamente com a freguesia de Ervões, contando com uma participação de cerca de 70 a 80 crianças. Realçou a importância do programa para o convívio e relacionamento entre as crianças.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Possacos, **Senhor Dr. Fernando Fernandes.**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, agradeceu à Câmara Municipal, na pessoa do seu Presidente, a forma cuidada com que preparou a época balnear na praia fluvial do Rabaçal. Destacou a muita afluência de veraneantes, sem a famigerada presença de salmonella.

Apesar de algumas iniciativas para que o parque de campismo do Rabaçal funcione na sua plenitude, o Senhor Presidente da Junta, considerou que a gestão interna do parque não será a mais correta. É importante ter um espaço bem cuidado e bem gerido para receber os turistas como forma de alavancar o turismo de natureza. Estranha o facto de os Bungalows estarem sempre ocupados quando alguém os procura para alugar. Referiu que é importante ter um bar que funcione, ainda mais, no centro nevrálgico da Ecovia e da praia fluvial. Denunciou a existência de plataformas em betão armado, dentro do parque, construídas pelos utilizadores.

Solicitou à Câmara Municipal que procure sensibilizar a direção do parque para a necessidade de alterar o seu funcionamento.

Intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Carracedo de Montenegro e Curros, **Senhor António de Jesus Costa.**

O Senhor Presidente da Junta, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores

Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, felicitou o piloto de Carrazedo de Montenegro, Luís Nunes, que se sagrou mais uma vez campeão nacional de montanha.

Deixou uma palavra de apreço aos bombeiros de Carrazedo de Montenegro e Valpaços pelo excelente trabalho que têm desenvolvido em prol da população do Concelho.

Anunciou que a Feira da Castanha Judia, terá lugar de 8 a 10 de novembro. Sendo a última edição do seu mandato, referiu que pretende organizar um evento ainda melhor do que os anteriores, contando, para isso, com o apoio do executivo camarário a quem agradeceu todo o apoio que tem recebido. Por último, convidou todos os presentes a visitarem a Feira.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, lembrou todas as vítimas dos incêndios referindo que o flagelo dos fogos florestais está relacionado com o abandono da prática da agricultura e convertendo os terrenos em matas desordenadas.

Referiu que o verão no Concelho de Valpaços foi alegre e animado, consequência das muitas festas e romarias, destacando a festa de Sonim, Vilarandelo e Valpaços. Relativamente à Festa de Valpaços, destacou a procissão e o arraial para o qual contribuiu o melhoramento do espaço envolvente ao Santuário de Nossa Senhora da Saúde. Por último felicitou o Presidente da Junta de Sonim e Barreiros pela organização da Rota das Adegas.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, quis solidarizar-se com aqueles que elogiaram alguns eventos que são realmente importantes para a cidade e para o Concelho. Destacou a Feira Franca, que considera um evento espetacular, não obstante ter ouvido alguns comentários que o evento coincidia com as festas de

algumas freguesias. Assim, deixou a sugestão para que se articule a realização da Feira Franca com as festas das freguesias para não existirem sobreposições de eventos.

O Senhor Deputado lembrou que o PSD atacou fortemente o governo anterior, liderado pelo Dr. António Costa, nomeadamente a Ministra da Saúde, pela falta de médicos de família. Agora, quer saber quantos utentes estão inscritos no Centro de Saúde de Valpaços e quantos não têm médico de família. Pelas informações que possui, referiu que serão cerca de três mil. Questionou, ainda, a situação de uma Senhora médica que terá tentado vir trabalhar para Valpaços, mas não terá conseguido vaga em nenhum infantário para o filho e foi embora.

Mostrou-se muito preocupado com uma informação que passou num canal de televisão nacional, por uma figura que se perfila como candidato à presidência da República, mencionando que o Concelho de Valpaços ocupa o penúltimo lugar, relativamente ao PIB per capita, na totalidade dos municípios portugueses. O Senhor Deputado questionou as razões que levam Valpaços à cauda do país em termos de criação de riqueza. Acrescentou que isto não é uma questão política que enfrenta o PS ao PSD, mas sim um problema que merece reflexão. Considerou que não se implementam políticas de criação de riqueza no Concelho, ao invés criam-se imensos empregos na Câmara Municipal, muitos a recibos verdes.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Sebastião Vila das Neves.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, felicitou o Senhor Presidente da Câmara pelo trabalho da limpeza das bermas que se refletiu na diminuição de fogos florestais. Aconselhou, ainda, o trabalho de limpeza das terras das bermas das estradas.

Congratulou-se pela construção de um muro simples, ao invés da muralha, para suportar a rampa do Alojamento local, em Possacos. Reiterou que o mesmo serviço deveria ter sido feito em Fonte Mercê e no cruzamento de Água Revés de forma a poupar algum dinheiro e acautelar algum acidente.

Questionou o andamento do projeto da ETAR de Lebução.

Referiu que uma boa parte da fraca criação de riqueza no Concelho está relacionada com a situação da Adega Cooperativa de Valpaços. Para bem do Concelho, urge tomar medidas para solucionar os problemas da Cooperativa.

Alertou para a existência de duas linhas contínuas na avenida de Nossa Senhora da Saúde, no sentido Senhora da saúde / centro da cidade, junto a alguns comércios, que inviabiliza os motoristas de virarem à esquerda. Assim, para bem do comércio daquela zona, sugere que se solucione o problema.

Relativamente ao arranjo da envolvente ao Santuário de Nossa Senhora da Saúde, referiu que quando se fazem as coisas, fazem-se bem feitas. Agora, falta saber em quanto importou a obra, porque ninguém sabe. Ainda referente ao Santuário, fez um reparo à qualidade do relvado e questionou se é responsabilidade do empreiteiro ou da Câmara Municipal.

Alertou para a importância de acudir ao problema dos saneamentos que podem originar surtos de salmonella.

Ficou agradado com a afluência à praia do Rabaçal, durante o presente verão.

Por último, pediu uma reflexão relativamente ao corte da água num tanque de Lebução.

Intervenção da Deputada Municipal, Senhora Dra. Ema Gonçalves.

A Senhora Deputada, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes.

Em seguida, referiu que a Assembleia Municipal é o órgão de excelência do poder autárquico, onde devem ser debatidos os problemas estruturais do Concelho. Os Deputados e Presidentes de Junta do PSD, não podem ficar ofendidos quando um Deputado do PS traz a debate algum assunto pertinente para a vida do Concelho ou lança alguma crítica merecedora de reflexão. A Senhora Deputado, manifestou desagrado pelo tempo gasto, no período de antes da ordem do dia, em agradecimentos, em vez de se tratarem dos problemas estruturantes do Concelho, porque eles existem. É, pois, uma obrigação dos Deputado, que para isso foram eleitos, debater o que vale a pena debater.

Intervenção do Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes membros da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e os Senhores Deputados Municipais e demais presentes

Em seguida, referiu que a Assembleia Municipal é o órgão de excelência do município. É, pois, fundamental dar dignidade ao órgão, promovendo o respeito, a tolerância e o espírito

democrático. Defendeu que se devem tratar os assuntos locais de relevância, mas também é compreensível que os Presidentes de Junta queiram, publicamente, agradecer uma ou outra iniciativa da Câmara municipal, como também não deve ser censurada a postura daqueles Deputados que muitas vezes vem tratar de assuntos descontextualizados, como é o caso do Senhor Sebastião.

Concordou com o Sr. Dr. Monsanto Glória, relativamente ao sucesso e importância da Feira Franca, discordando, no entanto, relativamente ao propósito de ajustamento da Feira com outras festas das freguesias para não haver sobreposição de eventos, simplesmente porque a Feira tem de ser no verão e tem que ser num período que haja emigrantes.

Relativamente ao problema da saúde, o Senhor Deputado começou por referir que o PS não tem autoridade para criticar o atual Governo, porque deixou o SNS em estado caótico, com milhares de pessoas sem médico de família, dando uma mão ao setor privado. Lembrou que o governo prometeu apresentar, num prazo de 60 dias, um plano de ação para resolução dos problemas mais prementes do setor. Nunca prometeu resolver os problemas da saúde em 60 dias. Não é sério que se exija a um governo que leva em funções 5 meses, que resolva todos os problemas do setor da saúde.

Respeitante à Senhora médica que terá exigido casa e infantário para o filho, a ser verdade, o Senhor Deputado questionou se devemos dar casa e infantário a qualquer funcionário público em falta no Concelho. Insurgiu-se contra o corporativismo dos médicos, defendendo o alargamento de vagas no ensino público. Defendeu, ainda, que os médicos formados em universidades públicas que emigrem ou transitem para o setor privado, devem indemnizar o estado. Referiu não perceber porque a esquerda, nem a direita, nem os comentadores de televisão tocaram nesse assunto.

Sublinhou o forte investimento da Câmara Municipal na fixação de pessoas como é exemplo a construção do hospital da misericórdia, tendo continuidade, hoje, nesta assembleia com a votação de uma proposta para a concessão de um espaço, por 75 anos com possibilidade de renovação, para alargamento do hospital.

No que concerne à criação de riqueza no concelho, o Senhor Deputado acredita que a Câmara municipal oferece todas as facilidades a quem quiser investir, não se podendo substituir aos privados, como é evidente. Recordou todas as iniciativas que o executivo camarário desenvolveu para apoiar o setor primário e divulgar os produtos locais. Apontou a zona industrial de Carrazedo de Montenegro como o mais recente pólo de desenvolvimento no Concelho. Referiu, ainda, que no seu tempo de vereador, com a responsabilidade na zona industrial, que os interessados nos lotes não tinham intenção de implantar empresas, mas sim ganhar dinheiro com a aquisição dos lotes.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Dr. Monsanto Glória.**

O Senhor Deputado, esclareceu que a sua posição e a posição da esquerda vão no sentido de obrigar os médicos que se formaram em universidades públicas, com dinheiro dos contribuintes, devem ser obrigados a trabalhar para o SNS. Nunca ninguém da esquerda disse o contrário.

Relativamente à criação de riqueza no Concelho, referiu, que não nos podemos conformar com um PIB miserável. Defendeu que a Câmara, por vezes, não faz o que devia e outras vezes faz o que não devia como é o caso da contratação de um grande número de funcionários a recibos verdes, logo após as eleições autárquicas. Não é normal que estejamos atrás de concelhos como Alijó, Vinhais ou Vimioso.

Intervenção do Deputado Municipal, **Senhor Sebastião Vila das Neves.**

O Senhor Deputado, respondendo ao Sr. Vítor Nogaró, referiu que as suas intervenções umas vezes são mais específicas e outras menos específicas, mas sempre com conhecimento de causa, apontando o que está bem e o que não está bem. Relativamente ao desenvolvimento da zona industrial de Carrazedo de Montenegro, referiu que o Senhor Vítor Nogaró nem deveria ter abordado o assunto.

Referiu, também, que o governo do PS realizou um investimento na saúde sem paralelo. Considerou que qualquer pessoa, por menos recurso que possua, é tratada gratuitamente em qualquer especialidade. Considerou, ainda, que o investimento da saúde no Concelho deveria ter sido de âmbito nacional e não local.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros.**

O Senhor Presidente Câmara, começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais, e todos os presentes.

Antes de responder às intervenções da Senhora Deputada e dos Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que não fica indiferente aos agradecimentos, mas também não se envaidece.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Canaveses, Sr. Enf.º Miguel Valpaços.

O Senhor Presidente da Câmara, louvou o trabalho realizado pelos “Usprigozus” na organização do motocross das Festas de Valpaços. Realçar, ainda, todo o trabalho, ao longo dos últimos anos, que o clube tem desenvolvido em prol do desporto motorizado no Concelho. Uma palavra de apreço e agradecimento ao Sr. Fernando Marto que habitualmente organizava o motocross das Festas de Valpaços, e por motivos de saúde não o pode fazer.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Sonim e Barreiros, Senhor Professor Saúl Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara, enalteceu o evento da Rota da Adegas, onde participou com grande satisfação.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Valpaços e Sanfins, Senhor António Castanheira.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que as Festas de Valpaços e a Feira Franca foram um sucesso graças ao trabalho de todos. Ao calendário da Feira Franca foi retirado o sábado para minimizar o impacto que possa ter noutros eventos das freguesias, no entanto, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que em agosto há gente suficiente para acudir a todas as festas.

Resposta à Presidente da Junta de Freguesia de Vilarandelo, Senhora Dra. Sónia Barreira.

O Senhor Presidente da Câmara congratulou-se com a realização da Feira dos Pequenos Frutos e da Feira da Coçónia, sempre importantes para a dinamização local.

Considerou o projeto Férias em Grande de enorme utilidade para as crianças e respetivas famílias.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Possacos, Senhor Dr. Fernando Fernandes.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que o problema da salmonella, este ano, não existiu no Rio Rabaçal, mas pode regressar para o próximo ano, porque há fatores que não se controlam.

Relativamente ao parque de campismo, referiu não saber o que se passa, esclarecendo que a gestão do parque cabe ao clube de campismo e caravanismo que auferem um subsídio mensal. Deixou a garantia de diligenciar para se inteirar da situação do parque. Esclareceu, ainda, que foi levado a hasta pública a exploração do Bar recentemente construído, não havendo

interessados. Foi, também, adquirido um terreno junto ao parque de campismo, em 2022, por 16.000,00€.

Resposta ao Presidente da Junta de Freguesia de Carrazedo de Montenegro e Curros, Senhor António de Jesus Costa.

O Senhor Presidente da Câmara endereçou felicitações ao piloto Luís Nunes.

Referiu que a Feira da Castanha Judia vai seguir os moldes habituais.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Fernando Pessoa.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que este ano não tem havido fogos florestais, deixando votos para que assim continue.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que não trata de assuntos de política nacional.

Relativamente aos utentes sem médico de família no Concelho, referiu que a Dr. Maria do Carmo foi embora e deixou os seus utentes sem médico de família; e o posto médico de Lebução não está a funcionar por falta de médico. Deu, ainda, nota de uma carta enviada à Sra. Ministra da Saúde, não obtendo resposta até à presente data. Disponibilizou-se para, se necessário, deslocar-se a Lisboa para uma reunião com a Sra. Ministra.

Relativamente ao PIB per capita do Concelho, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que se trata de um estudo da Pordata de 2021. Mais, referiu que a sua perceção não vai de encontro aos dados apresentados, considerando que o setor primário apresenta um dinamismo aceitável, como demonstra o número de projetos agrícolas aprovados na ADRAT. Mostrou disponibilidade para acolher projetos de investimento no Concelho.

Relativamente aos funcionários, referiu que foram contratados antes da sua chegada à presidência e estão a ser regularizados paulatinamente, com a certeza que todos fazem falta.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Sebastião Vila das Neves.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a limpeza das bermas tem corrido conforme o planeado, recebendo com humildade os elogios.

Relativamente à ETAR de Lebução, referiu que foram executados melhoramentos, sendo enviados, anualmente, relatórios à Autoridade de Saúde e à Agência Portuguesa do Ambiente.

A água do tanque em Lebução foi cortada porque havia furto de água, estando para breve a troca da conduta.

Informou que reuniu com elementos da Adega Cooperativa, estando em curso uma avaliação do terreno, ficando certo que a Câmara fará aquilo que puder dentro das suas limitações legais e orçamentais.

Os gastos com o arranjo da envolvente ao Santuário são públicos e contratualizados através de concurso público. Esclareceu, ainda, que existem partes de relva e partes de prado permanente, estando a obra ainda em período de garantia, existe sempre a possibilidade de imputar ao empreiteiro algum incumprimento.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu o contributo do Senhor Deputado na resposta a algumas questões.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 – Informação do Presidente da Câmara.

Considerando que o n.º 4 do artigo 35º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, refere que a informação do Presidente da Câmara deve fazer referência ao saldo e ao estado das dívidas a fornecedores e as reclamações, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, com indicação da respetiva fase e estado, dou conhecimento a esta Assembleia Municipal da situação financeira do município de Valpaços reportada a 31 de agosto de 2024.

Ao nível dos recursos financeiros existentes, os saldos das disponibilidades em 31 de agosto de 2024 eram de 9.646.952,31 euros, dos quais 4.517,13 euros encontravam-se nas caixas das tesourarias (tesouraria principal e serviço de águas) e 9.642.435,18 euros em contas bancárias tituladas em nome do município de Valpaços. Dizer que do total das disponibilidades existentes em bancos, 950.835,44 euros dizem respeito a garantias e cauções prestadas no âmbito da execução de fornecimentos de bens e serviços e empreitadas.

No tocante às responsabilidades perante terceiros, no final do mês de agosto a dívida a fornecedores era de 52.462,68 euros, dos quais 42.130,68 euros a fornecedores de conta corrente e 10.332,00 euros a fornecedores de bens de investimento.

Quanto aos empréstimos, a dívida era de 1.379.490,54 euros, a título de empréstimos de médio e longo prazo, o que já inclui o empréstimo contratualizado no âmbito do PAEL-Programa de Apoio à Economia Local, cujo capital em dívida era de 478.377,96 euros.

O limite da dívida total para o ano 2024, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro é de 27.074.243,16 euros e a capacidade de endividamento para o ano

2024 é de 8.180.174,86 euros. Todavia, a Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano 2024, vem permitir, e de forma excecional, que a margem de endividamento seja aumentada para 40%, pelo que, e com esta prerrogativa, a capacidade de endividamento do município de Valpaços para o ano 2024 é de 12.903.691,93 euros.

Na ótica da execução orçamental, o orçamento inicial do município para o ano 2024, previa um total de receitas e despesas de 23.389.036 euros. Fruto de alterações orçamentais, as dotações corrigidas passaram para 30.321.741,55 euros.

Em agosto, a receita cobrada bruta fixou-se nos 16.067.444,77 euros, correspondendo a uma taxa de execução de 53,5%.

O total das receitas correntes brutas cobradas fixou-se em 13.908.378,06 euros (taxa de execução de 67,3%) e a receita de capital em 2.597.204,54 euros (taxa de execução de 83,1%).

No computo geral, o orçamento da receita tem uma taxa de execução de 76%. Como certamente são conhecedores, a Lei das Finanças Locais determina que a taxa de execução da receita não poderá ser inferior a 85%. Como ainda faltam 4 meses de execução orçamental, estamos convictos que cumprimos essa exigência legal.

Ao nível das despesas, foram pagos 11.857.492,75 euros de despesas correntes (taxa de execução de 57,67%) e 3.108.043,48 euros de despesas de capital (taxa de execução de 31,84%), perfazendo um total de despesas pagas de 14.965.536,23 euros, correspondendo a uma taxa de execução global de 49,36%.

Os compromissos assumidos até ao final do mês de agosto para a gerência de 2024, importam em 25.715.905,07 euros, dos quais foram pagos 14.965.536,23 euros, estando assim por pagar 10.750.368,84 euros de compromissos assumidos.

No tocante à execução do Plano Plurianual de Investimentos, o total dos compromissos assumidos até agosto importam em 6.423.836,15 euros, tendo sido paga a importância de 2.060.846,58 euros, estando assim por pagar 4.362.989,57 euros.

O saldo para novos cabimentos era no final de agosto de 550.797,17 euros, estando assim o PPI cabimentado em 92,90% da sua dotação disponível.

A execução financeira do PPI no final do mês de agosto era relativamente baixa, fixando-se nos 26,56%. O ritmo da execução das empreitadas está aquém daquilo que desejamos.

Quanto ao equilíbrio orçamental, e em consonância com o artigo 40º da Lei das Finanças Locais, está a ser cumprido, como certamente tiveram oportunidade de analisar na informação que vos foi disponibilizada.

Relativamente aos processos judiciais em curso, atualmente temos 8 processos, dos quais 4 dizem respeito ao diferendo mantido com a Águas do Norte, sendo que em dois deles já houve

sentença, que de certa forma foi favorável à autarquia quando à exigência de consumos mínimos, pese embora a Águas do Norte tenha recorrido.

Para além dos processos da Águas do Norte, temos outros quatro, nos quais estão a ser exigido ao município o pagamento de indemnizações por danos causados que os requerentes cuidam ter direito.

Relativamente aos apoios às freguesias, dentro daquilo que nos é possível, temos ajudado as Juntas de freguesia no âmbito da prossecução das suas atribuições e competências.

Como tem sido habitual, faço igualmente uma resenha das obras que se encontram em execução pela Câmara de Valpaços.

No final do mês de agosto, as empreitadas em execução eram as seguintes:

Nome da Obra	Compromisso			Firma Adjudicatária	Trabalho executado	Trabalho a Executar	Data Contrato	Observações
	N.º	Data	Valor					
Requalificação da antiga escola primária de Vilarandelo	3108	06/09/2022	482 300,00	SOTERRA, LDA	387 032,00	95 268,00	07/11/2022	Último auto nº 18
Casa mortuária em Ribas	1310	08/05/2023	117 130,21	André Rodrigues Ribeiro, Construções, Sociedade Unip, Lda	66 041,50	51 088,71	19/05/2023	Último auto nº 7
Pavimentação do caminho que liga Valongo a Ervões	1203	19/04/2023	383 439,60	CONCEICAO CARDOSO & FILHOS	330 973,34	52 466,26	10/05/2023	Último auto nº 13
Parque de recreio e lazer em Santa Valha - 2ª fase	2162	07/07/2023	164 964,31	Soterra, Lda.	111 279,91	53 684,40	07/08/2023	Último auto nº 10
Ampliação e reconversão do Centro de Dia de Fornos do Pinhal para ERPI	2608	26/07/2024	1 633 024,66	SOTERRA, LDA	0,00	1 633 024,66	29/08/2024	Adjudicada
Arranjo da zona envolvente ao edifício da Proteção Civil	1325	22/04/2024	46 984,71	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	32 786,02	14 198,69	14/05/2024	Último auto nº 2
Arranjo envolvente ao edifício de alojamento local em Possacos	1312	22/04/2024	26 546,91	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	3 358,97	23 187,94	14/05/2024	Último auto nº 1
Reabilitação do edifício do BUPI	1367	26/04/2024	48 758,62	OBRALICIANTE UNIPESSOAL, LDA	33 176,62	15 582,00	13/05/2024	Último auto nº 2
Construção de sanitários/balneários em Vassal	1402	03/05/2024	116 211,54	CHOOSE HAPPINESS UNIPESSOAL, LDA	17 087,78	99 123,76	23/05/2023	Último auto nº 3
Adaptação da escola primária de Ervões em centro de convívio	1224	16/04/2024	49 339,85	Engivalmendes - Construção Civil e Soluções de Eng., Lda	28 637,87	20 701,98	14/05/2024	Último auto nº 2
Arranjo envolvente ao edifício da antiga escola primária de Vilarandelo	1598	21/05/2024	176 914,00	SOTERRA, LDA	12 980,98	163 933,02	05/06/2024	Último auto nº 1
Abastecimento de água em Monsalvarga	1350	22/04/2024	49 958,00	CONCEICAO CARDOSO & FILHOS	28 973,00	20 985,00	15/05/2024	Último auto nº 2
Requalificação do cemitério novo de Valpaços	1566	15/05/2024	32 852,56	GEOMETRIA VERTICAL - UNIPESSOAL LDA	8 783,00	24 069,56	31/05/2024	Último auto nº 1
Beneficiação do cemitério velho de Valpaços	1577	15/05/2024	152 049,58	AMO MINHA CASA, LDA	0,00	152 049,58	03/06/2024	Consignada
Construção de parque infantil na escola EB1/JI Professor Ribeirinha Machado em Vilarandelo	2140	25/06/2024	15 021,38	VECOURBANDESIGN, UNIPESSOAL, LDA	0,00	15 021,38	02/07/2024	Consignada
Arranjos urbanísticos em Argeriz	1600	21/05/2024	76 214,00	SOTERRA, LDA	50 312,90	25 901,10	29/05/2024	Último auto nº 2
Construção de passeios na Av. José Tavares em Lebução	1702	03/06/2024	79 468,20	CONSERVAL, CONSERVAÇÃO ESTRADAS LDA.	13 487,44	65 980,76	01/07/2024	Último auto nº 1
Pavimentação da travessa da Cotovia em Vassal	2118	24/06/2024	50 927,70	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0,00	50 927,70	10/07/2024	Consignada
Passeios na Avª do Estádio em Lebução fase II	1916	12/06/2024	27 332,10	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0,00	27 332,10	10/07/2024	Consignada
Construção de passeios na Av. Principal junto à padaria em Stª. Valha	1754	04/06/2024	22 224,70	TÂMEGA TRANS, LDA.	0,00	22 224,70	28/06/2024	Consignada
Arranjos urbanísticos junto ao recinto do polidesportivo em Veiga de Lila	2786	16/08/2024	34 998,29	PAVIGOMES, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA	0,00	34 998,29	16/09/2024	Adjudicada
Pavimentação na Rua do Bormial, na Rua do Cemitério e na Rua Central em Padrela	1889	11/06/2024	50 952,08	PINTO E BRITES, LDA	0,00	50 952,08	28/06/2024	Consignada

Saneamento em Sá	1888	11/06/2024	81 948,39	AMO MINHA CASA, LDA	0,00	81 948,39	28/06/2024	Consignada
Arruamentos na Rua do Coreto em Tinhela	1839	05/06/2024	8 886,83	TÂMEGA TRANS, LDA.	0,00	8 886,83	28/06/2024	Consignada
Arruamentos na Rua do Cruzeiro em Tinhela	1840	05/06/2024	17 501,35	TÂMEGA TRANS, LDA.	0,00	17 501,35	28/06/2024	Consignada
Execução de bermas na EN 213 em Bouçoães	1917	12/06/2024	19 990,54	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0,00	19 990,54	10/07/2024	Consignada
Pavimentação de um troço na travessa do Serro em Argemil	2117	24/06/2024	9 898,28	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0,00	9 898,28	10/07/2024	Consignada
Pavimentação da Rua das Regadas em Argemil	1865	06/06/2024	112 355,12	CONCEICAO CARDOSO & FILHOS	0,00	112 355,12	02/07/2024	Consignada
Arranjos urbanísticos em Real Covo	2062	18/06/2024	20 874,20	TÂMEGA TRANS, LDA.	0,00	20 874,20	02/07/2024	Consignada
Pavimentação de um troço na Rua da Freixa até à estrada do Gorgoço	2115	24/06/2024	53 720,80	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	6 656,80	47 064,00	02/07/2024	Último auto nº 1
Continuação da Rua da Eira Pedrinha em Serapicos	1973	13/06/2024	25 126,44	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0,00	25 126,44	10/07/2024	Consignada
Construção de um muro de suporte nas Lagoas (Caminho do Rula)	2095	19/06/2024	23 150,40	COSTA DA CUNHA CONSTRUCOES UNIPessoal, LDA	0,00	23 150,40	08/07/2024	Consignada
Reservatório de água em Aveleda para combate a incêndios	2145	25/06/2024	45 795,98	TÂMEGA TRANS, LDA.	0,00	45 795,98	18/07/2024	Consignada
Arruamentos em Sanfins	2180	26/06/2024	115 365,59	CONSTRUTORA FFD, LDA	0,00	115 365,59	19/07/2024	Consignada
Pavimentação da Rua da Bairrada no Cadouço	2116	24/06/2024	66 711,10	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0,00	66 711,10	19/07/2024	Consignada
Rua da Fonte da Urze até ao Bairro do Souto em Carrazedo de Montenegro	2119	25/06/2024	292 251,99	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0,00	292 251,99	19/07/2024	Consignada
Rede de abastecimento de água em Barreiros	2164	25/06/2024	201 150,90	PROTON CUARZOS, LDA	0,00	201 150,90	22/07/2024	Consignada
Arranjo da zona envolvente à igreja de Nozelos	2113	24/06/2024	23 139,80	COSTA DA CUNHA CONSTRUCOES UNIPessoal, LDA	0,00	23 139,80	08/07/2024	Consignada
Largo da festa em Quintela	2329	04/07/2024	90 738,65	SOCORPENA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A.	0,00	90 738,65	06/08/2024	Consignada
Remodelação das piscinas municipais, incluindo a substituição da cobertura plana	2747	12/08/2024	59 360,00	OBRALICIANTE UNIPessoal, LDA	14 775,34	44 584,66	00/01/1900	Último auto nº 1
Recuperação do Largo Principal em Crasto	2494	15/07/2024	11 093,11	PRIME HORIZON, LDA	0,00	11 093,11	24/07/2024	Consignada
Recuperação do Largo Dr. António Lage na Rua da Roseira em Fonte Mercê	2380	05/07/2024	16 427,38	PRIME HORIZON, LDA	0,00	16 427,38	24/07/2024	Consignada
Calçamento na Rua Principal de Alfonge	2379	05/07/2024	35 340,21	PRIME HORIZON, LDA	0,00	35 340,21	24/07/2024	Consignada
Pavimentação da Rua do Bairro da Ordena em S. Pedro de Veiga de Lila	2330	05/07/2024	58 045,47	HIGINO PINHEIRO & Irmão, S.A.	0,00	58 045,47	29/07/2024	Consignada
Arranjo urbanístico em Tazém	2495	15/07/2024	45 895,16	COSTA DA CUNHA CONSTRUCOES UNIPessoal, LDA	0,00	45 895,16	05/08/2024	Consignada
Aquisição de plataformas elevatórias para a melhoria das acessibilidades nos edifícios municipais	2196	28/06/2024	89 113,50	LIFTECH, SA	0,00	89 113,50	10/07/2024	Consignada
Pavimentação da Travessa da Raposeira - Acesso à ERPI em Santa Maria de Émeres	2488	15/07/2024	45 818,50	BALTAZAR & FILHOS, LDA	10 903,69	34 914,81	23/07/2024	Último auto nº 1
Calçamento da Rua do Ribeiro em Vales	2489	15/07/2024	44 331,50	PRIME HORIZON, LDA	0,00	44 331,50	24/07/2024	Consignada
Requalificação da antiga escola primária de S. Pedro de Veiga de Lila	2656	30/07/2024	149 460,00	CONSTRUÇÕES SOLAR DA FIGADOSA, LDA	0,00	149 460,00	16/09/2024	Adjudicada
Conclusão do pontão de água em Zebras	2832	26/08/2024	36 554,94	Geometria Vertical	0,00	36 554,94	00/01/1900	Adjudicada
Requalificação do Largo da casa paroquial em Água-Revés	2382	08/07/2024	22 807,23	Baltazar & Filhos	0,00	22 807,23	00/01/1900	Adjudicada
Reparação do troço da estrada que liga a EM 1106 à localidade de Vila Nova	2544	23/07/2024	117 467,08	COTA 700 GABINETE DE TOPOGRAFIA E ENGENHARIA, LDA	4 213,50	113 253,58	12/08/2024	Último auto nº 1
Construção de um muro de suporte na EM 543 em Vassal	2545	23/07/2024	19 790,20	DELMAR RODRIGUES, MÁQUINAS E ESCAVAÇÕES - UNIPessoal, LDª	0,00	19 790,20	30/07/2024	Consignada

Arruamentos na Rua das Penedas em Alvarelhos	2579	26/07/2024	17 991,91	CONSERVAL, CONSERVAÇÃO ESTRADAS LDA.	0,00	17 991,91	27/08/2024	Adjudicada
Arranjo urbanístico junto ao largo da escola em Sanfins	2607	26/07/2024	28 326,22	BRICANTEL-COM. MATERIAL ELCTRICO DE BRAGANCA, LDA.	0,00	28 326,22	12/08/2024	Consignada
Construção de um muro de suporte na Rua da Sobreira em Canaveses	2655	30/07/2024	44 869,80	CONSERVAL, CONSERVAÇÃO ESTRADAS LDA.	0,00	44 869,80	27/08/2024	Adjudicada
Reparação e beneficiação da EM 543 da EN 213 a Tinhela e da EM 542 de Tinhela à EN 103	2654	30/07/2024	348 694,10	HIGINO PINHEIRO & IRMÃO,S.A.	0,00	348 694,10		Adjudicada
Viatura para limpeza e desobstrução de coletores compacta	3030	18/09/2024	244.155,00	Soma, S.A.	0,00	244.155,00		Adjudicada
Requalificação da antiga escola primária de Vilela	2719	08/08/2024	77 380,00	ENGIVALMENDES - CONSTRUÇÃO CIVIL E SOLUÇÕES DE ENGENHARIA, LDA	0,00	77 380,00	21/08/2024	Consignada
Requalificação das ruas com piso danificado em Santa Maria de Émeres	2785	16/08/2024	164 037,60	CUSTODIO PEREIRA AREIAS TENDER, S.A.	0,00	164 037,60		Adjudicada
Arruamentos em Veiga de Lila	2672	05/08/2024	36 692,96	Baltazar & Filhos, Lda.	0,00	36 692,96	28/08/2024	Adjudicada
Arruamentos no Bairro do Poço da Cruz em S. Pedro de Veiga de Lila	2831	26/08/2024	11 477,73	Geometria Vertical	0,00	11 477,73		Adjudicada
Reparação e beneficiação da EM 552 do cruzamento da M314 a S. João de Corveira	2830	26/08/2024	307 311,81	Socorpena	0,00	307 311,81		Adjudicada
Rampa de acesso ao edifício da Câmara Municipal de Valpaços	2818	22/08/2024	14 541,08	Custódio Pereira Areias Tender	0,00	14 541,08		Adjudicada
Alargamento de esplanada junto à Associação em Tortomil	2609	29/07/2024	5 154,25	Luis Taveira Borges, Unip. Lda	0,00	5 154,25		Adjudicada
Estabilização de emergência pós-incêndio Cortinhas - Freguesia de Carrzedo e Curros	2868	30/08/2024	200 435,40	Custódio Pereira Areias Tender, S. A.	0,00	200 435,40		Adjudicada
Ampliação do cemitério em Água-Revés	2361	06/08/2024	53.000,00	Engivalmendes	0,00	53.000,00		Adjudicada
Construção do salão da casa mortuária de Póvoa de Lila	2371	06/08/2024	56.180,00	Construções Solar da Figadosa	0,00	56.180,00		Adjudicada
Remodelação do edifício e arranjos exteriores do Centro de Saúde de Valpaços	2941	10/09/2024	421 244,00	Obraliciante	0,00	421.244,00		Adjudicada
Adaptação da escola primária de Ervões em centro de convívio (substituição da cobertura)	2958	16/09/2024	21 730,00	Construções Solar da Figadosa	0,00	21.730,00		Adjudicada

Dar ainda nota que pese embora a seca que se fez sentir ao longo deste verão, não houve faltas de água de maior, uma ocorrência ou outro que foi prontamente resolvida. Enviar um agradecimento público aos Bombeiros que sempre estiveram disponíveis.

Tivemos sim, alguns problemas no tocante ao desentupimento de coletores de saneamento. Com são conhecedores, temos um camião apetrechado para esse fim, mas que teve uma avaria que o impossibilitou de operar por mais de um mês, socorrendo-nos do Câmara de Chaves a quem agradeço na pessoa do seu Presidente, Dr. Nuno Vaz.

Estes tipos de veículos são bastante caros, todavia encetamos esforços no sentido de investir na compra de uma carrinha (tipo pick-up), já adjudicada, que contamos com a sua entrega mais para o final do ano.

Dar nota que no passado mês de maio foram atribuídas 120 bolsas de estudo a estudantes do concelho que frequentam o ensino superior, no âmbito do regulamento das bolsas de estudo, traduzindo-se num apoio municipal de 60 mil euros.

Ainda na vertente da educação, o Município continua a patrocinar os cadernos de atividades a todos os alunos que frequentam o agrupamento de escolas de Valpaços (do 1º ano ao 12º ano), estando estimada uma despesa que ronda os 86 mil euros.

Uma palavra de apreço à Junta de Freguesia de São Pedro, pela forma exemplar com que recorda os tempos antigos quando a malhada do centeio era feita à mão. Eu, e alguns dos aqui presentes, lembrar-se-ão desses tempos e das cantigas que davam animo aos segadores.

Queria igualmente felicitar a Junta de Freguesia de Rio Torto pela boa iniciativa e organização da 1ª edição da feira hortifrutas, onde foram promovidos, nomeadamente as frutas e legumes. São iniciativas como estas que promovem o território, estimulam a economia local, e neste caso tão específico a atividade agrícola daquela fértil região.

Tivemos mais uma edição da «Feira Franca» na cidade de Valpaços, que ocorreu entre os dias 5 a 9 do passado mês de agosto, que contou com a habitual animação, tasquinhas e vendas de produtos locais.

Queria felicitar a iniciativa do certame «Judia com Futuro», que teve lugar na passada sexta-feira, em Rio Bom, onde se debateram temas relacionados com a fileira da castanha, um produto de relevante importância para a economia do nosso concelho.

No âmbito das atividades urbanísticas, nomeadamente ao nível das licenças de construção, comunicações prévias e loteamentos emitidos, já foram tratados 46 processos de janeiro até ao presente.

O Gabinete de Promoção ao Investimento, no âmbito da sua missão de fomentar o investimento e apoiar os potenciais investidores a navegar pelos trâmites legais e burocráticos, oferecendo ainda suporte em questões de licenciamento e regulamentação, de divulgação, elaboração e submissão de candidaturas, leva já com o registo de 291 atendimentos, de janeiro até hoje.

Os serviços realizados na loja de cidadão mantêm a sua dinâmica, no âmbito do apoio aos cidadãos em assuntos relacionados com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes e da ADSE; na revalidação do cartão do cidadão; nas alterações de morada e chave móvel digital. Contando já com 1908 atendimentos realizado desde o início do corrente ano.

O balcão único do prédio leva já com 3.922 matrizes georreferenciadas, representando 27% do total das matrizes do concelho de Valpaços. Algumas freguesias estão mais avançadas que outras, mas tudo faremos para o cumprimento das metas estabelecidas.

No âmbito das temáticas culturais, o nosso auditório «Luís Teixeira», para além das sessões de cinema gratuitas, continua com a sua dinâmica de acolhimento de palestras, reuniões, workshop's, formação, concertos, ... É sem dúvida uma infraestrutura bem-dotada para a concretização destes eventos, que a par do pavilhão multiusos, acolhem iniciativas de índole cultural, desportivo e social.

A biblioteca municipal tem oferecido o acesso gratuito a uma ampla gama de recursos, incluindo livros, jornais, e materiais didáticos, promovendo a inclusão e a democratização do conhecimento, acolhendo iniciativas educacionais, dinamizando o saber entre a população.

Queria aqui dar conta de uma preocupação relacionada com a saúde no nosso concelho. O posto médico de Lebução está sem médico desde o mês de julho.

Relativamente ao Serviço Municipal de Protecção Civil, interessa informar que até ao dia 26 de setembro tivemos 28 ocorrências de fogos florestais, menos 64% relativamente ao valor dos últimos 10 anos, com uma área ardida de 24 hectares. Das muitas ocorrências a ninhos de vespa, apenas 121 pertencia a vespa asiática.

É o que me cumpre informar!

2 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da nomeação do auditor externo responsável pela certificação legal de contas.

Como certamente é do conhecimento desta Assembleia Municipal, o regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, estabelece a obrigatoriedade das demonstrações financeiras do município estarem devidamente certificadas por auditor externo, competindo-lhe, nomeadamente, verificar a regularidade dos livros, os registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; proceder à verificação dos valores

patrimoniais do município, ou por ele recebidos em garantia, depósito ou outro título; participar aos órgãos municipais competentes as irregularidades, assim como os factos que considere reveladores de graves dificuldades na prossecução do plano plurianual de investimentos do município.

A Câmara municipal de Valpaços apresenta contas certificadas desde a gerência de 2007, estando devidamente auditadas antes de submetidas à apreciação e votação da assembleia municipal.

Atendendo a que o contrato de aquisição de serviços com a sociedade de revisores oficiais de contas findou, encetou o departamento de finanças e património um procedimento de contratação pública tendente à contratualização de auditor externo, seguindo a modalidade, por minha indicação, de ajuste direto à sociedade de revisores oficiais de contas que tem seguido as demonstrações financeiras da autarquia desde o ano 2007. A sociedade em questão é a «RSM & Associados, SROC, Lda.» com sede em Lisboa e representação no Porto.

A entidade objeto de convite, apresentou a sua proposta de revisão oficial de contas pelo valor de 6.000 euros/ano, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Considerando que compete à Assembleia Municipal a nomeação do auditor externo, vem hoje aqui esta proposta que se consubstancia na indicação da sociedade de revisores oficiais de contas «RSM & Associados, SROC, Lda.» para procederem à certificação legal de contas da Câmara municipal de Valpaços.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhora Dr. Monsanto Glória

O Senhor Deputado, alertou que após pesquisa no Google surgiram algumas dúvidas relativamente à empresa em questão. Sublinhou a necessidade de aferir a credibilidade da empresa e de alguma possível incompatibilidade. Não obstante, e no pressuposto que a Câmara Municipal fez esse trabalho de pesquisa, o PS vai votar favoravelmente a nomeação do auditor.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros**.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Presidente da Câmara lembrou que o auditor em causa presta serviço no município desde 2007 e, à exceção de Chaves, audita as contas de todas as Câmaras do Alto Tâmega, não havendo nada a apontar à empresa em apreço.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

3 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação do percentual a aplicar no ano 2025 da Taxa Municipal de Direitos de Passagem.

Como esta assembleia certamente é conhecedora, tem sido usual o município fixar o percentual da Taxa Municipal de Direitos de Passagem em 0,25% sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da circunscrição territorial do concelho de Valpaços.

De salientar que esta taxa não poderá ser repercutida diretamente aos consumidores de telecomunicações de forma isolada, como estamos habituados, nomeadamente, na cobrança da «Taxa audiovisual» ou da «Taxa de Recursos Hídricos»; Todavia, será certamente repercutida na tarifa, sendo esta fixada a nível nacional e não por regiões ou concelhos.

A receita auferida com esta taxa não é de grande expressão no universo das receitas previstas no orçamento municipal, contudo, e atendendo a que a mesma não onera de per si os valpacenses, pelo menos será algum valor que as operadoras de comunicações deixam no nosso território.

É o que me cumpre informar.

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhora Dr. Monsanto Glória

O Senhor Deputado, começou por referir que o seu partido votará favoravelmente a proposta em apreço. Em seguida, reconhecendo o avultado investimento do município em infraestruturas subterrâneas para acolher os cabos de telecomunicações, verifica-se, ainda, a existência de cabos

ligados a postes coincidindo as ditas infraestruturas. Assim, questionou a possibilidade que a Câmara Municipal terá em obrigar a empresa a utilizar as infraestruturas subterrâneas, retirando os cabos aéreos.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros**.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Presidente da Câmara diligenciará junto do engenheiro electrotécnico do município para se inteirar da situação que, oportunamente, reportará a esta Assembleia.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

4 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação da percentagem de IRS pretendida pelo Município.

Como certamente é do conhecimento desta assembleia, a Lei das Finanças Locais determina que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior.

É igualmente do conhecimento desta assembleia, que a taxa que tem sido fixada é de 5%. A receita proveniente da participação variável no IRS é transferida conjuntamente com as demais componentes que compõem o FEF, que no ano 2024, como certamente sabem, pois, a referida verba consta dos mapas orçamentais, é de 344.823 euros.

Como compreenderão é uma receita com uma certa materialidade no universo das receitas municipais, e que o município não tem abdicado, ainda que em parte.

Este tema já foi sobejamente debatido nos órgãos municipais, com a ponderação dos seus prós e contras, dos seus beneficiários diretos, mas a política seguida pelo executivo camarário tem sido a de não abdicar desta verba, no todo ou em parte, atendendo a que para se poderem concretizar os projetos previsto, tem de haver recursos, pois as “omeletes não se fazem sem ovos”, e como tal, a pretensão continua a ser a de fixar a participação variável de IRS pretendida pelo município em 5%.

Dizer ainda, e como saberão, a determinação da participação variável no IRS que hoje sair desta votação, terá efeitos em 2026, portanto não poderia estar a condicionar o que quer que seja ao novo elenco camarário que sairá das próximas eleições autárquicas a realizar no próximo ano.

É o que me cumpre informar!

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalves.

A Senhora Deputada, começou por referir que, mais uma vez, o executivo estica a corda até à taxa máxima permitida. E mais uma vez o PS vai votar contra esta proposta uma vez que esta medida vai asfixiar ainda mais a classe média. Também não se compreende que o município não abdique desta verba quando tem apregoado a saúde financeira das suas contas.

Alertou, ainda, para o facto de o governo promover uma redução de IRS em setembro e outubro, por força da aplicação das novas tabelas que muito provavelmente irão pagar em 2025.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

À semelhança de anos anteriores, o Senhor Deputado, vem defendendo a progressividade do imposto em apreço. Ora, quem mais ganha é quem mais paga. Se o município abdicasse desta verba iria beneficiar aqueles contribuintes com maior rendimento. Neste âmbito, o Município vai chamar a si uma pequena percentagem do IRS (5%) daqueles que mais rendimentos auferem, até porque grande parte da população nem entrega a respetiva declaração de IRS. As famílias com menores rendimentos não serão afetadas por esta medida. A Câmara Municipal tem o dever de arrecadar essa parcela, e com ela ajudar os mais necessitados.

É verdade que o valor que os contribuintes vão receber agora com o acerto das novas tabelas, vão, provavelmente, pagar mais tarde, contudo, o governo, publicamente, alertou para essa eventualidade.

Bem mais grave foi o embuste criado pelo governo do PS, quando alterou as mesmas tabelas de retenção para menos, criando a ilusão que os funcionários e pensionistas estavam a ser aumentados.

Ainda relativamente à progressividade das taxas, convém referir que a medida para o IRS jovem constante na proposta do orçamento de estado é contestada pelo PS com alguma razão. Quando aplicada uma taxa de IRS de igual valor para todos os contribuintes com menos de 35 anos, está-se a beneficiar quem mais ganha. Ora, seria mais justo usar o princípio da progressividade, criando escalões atendendo aos rendimentos auferidos.

Em suma, a proposta apresentada pela Câmara municipal é fiscalmente justa, merecendo a aprovação da bancada do PSD.

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalo.

A Senhora Deputada começou por manifestar a sua incompreensão quando o Senhor Vítor Nogaró, está a favor da retenção dos 5% por parte da Câmara e o governo do seu partido acha que deve aplicar uma taxa de IRS jovem de 15%, igual para todos, com o argumento espantoso de evitar a emigração dos jovens. Esta medida, além de onerar o estado, cria injustiças na medida em que, por exemplo, um jovem que auferir um rendimento de 1.500,00€, é sujeito a uma taxa de IRS de 15%, já outro com um rendimento de 3.700,00€ está sujeito à mesma taxa de 15%.

Ora, com o devido respeito, se o Senhor Presidente da República estiver na plenitude das suas faculdades, certamente aferirá a constitucionalidade da medida.

Respondendo ao Senhor Vítor Nogaró, considerou que embuste é ouvir a ministra do trabalho anunciar um aumento do salário mínimo nacional superior ao previsto pelo anterior governo quando o ministro da economia fala em descida do IRC. Ora, quem paga IRC são sobretudo as grandes empresas, estando assim a diminuir os encargos fiscais a essas grandes empresas. Assim, a receita angariada por essas grandes empresas com o desconto fiscal dá-lhe para compensar o aumento do salário mínimo. Não existe embuste maior que este, referiu.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

Ao contrário de outros, o Senhor Deputado, não quer acabar com os empresários. Não havendo empresas não há empregos, sendo, por isso, essencial que haja bons empresários e que as empresas tenham condições financeiras para crescer e para se desenvolver, criando riqueza e condições de trabalho dignas.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros.**

Resposta à Deputada Municipal, Senhora Dra. Ema Gonçalo.

O Senhor Presidente da Câmara esclareço que à exceção do município de Boticas (0%), todos os municípios do Alto Tâmega aplicam uma taxa de 5%.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR MAIORIA COM QUATRO VOTOS CONTRA.**

5 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da fixação da taxa de IMI e redução da taxa de IMI para o prédio destinado a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do sujeito passivo.

O Imposto Municipal sobre Imóveis constitui uma receita das autarquias locais - Câmara municipal e Juntas de freguesia, que é arrecadado pela Autoridade Tributária e Aduaneira e posteriormente transferido, líquido de encargos, para as autarquias locais.

O IMI é uma das principais fontes de financiamento diretas dos municípios, sendo este imposto suportado pelos proprietários quem possuem imóveis ou terrenos a 31 de dezembro do ano a que respeita o imposto.

Todavia, o legislador determinou um leque variável de isenções, desde as famílias com um rendimento bruto anual até 15 469,85 euros cujo valor patrimonial (rústico ou urbano) tributário do conjunto de prédios que possuam não ultrapasse os 67 260€, estão isentas do pagamento do IMI.

Quem compra um imóvel para habitação própria permanente, desde que o valor do imóvel seja igual ou inferior a 125 000€ e o rendimento coletável anual da família não superior a 153 300€, também pode beneficiar de isenção de IMI nos três primeiros anos, podendo ir até 5 anos, como veremos no ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Os imóveis objeto de reabilitação urbana, também têm a possibilidade de estar isentos de IMI, observados os respetivos requisitos.

Anualmente os municípios são chamados a determinar a taxa, podendo esta, em observância ao artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, ser fixada no intervalo que vai de 0,3% a 0,45%.

A proposta que vêm hoje aqui à discussão, consiste, em primeiro de tudo, em determinar a taxa de IMI a cobrar em 2025, tendo sido proposta a taxa mínima de 0,3%, à semelhança do que tem sido prática nos anos transatos.

Paralelamente à determinação da taxa, os municípios, mediante deliberação das respetivas assembleias municipais, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

Digamos que, o município tem a facultade de atribuir um “desconto” ao valor do IMI, aquelas famílias que têm dependentes a seu cargo, na seguinte proporção:

- Dedução de 30 euros para quem tem um dependente a seu cargo;
- Dedução de 70 euros para quem tem dois dependentes a seu cargo;
- Dedução de 140 euros para quem tem três ou mais dependentes a seu cargo.

Naturalmente que a atribuição destas deduções fixas, implica a perda de receita ao orçamento municipal que se espelhará em 2025, e que estimamos em cerca de 35 mil euros.

Sintetizando, com a proposta hoje aqui em discussão pretende-se:

- Fixar a taxa de IMI para os prédios urbanos em 0,3%; e
- A redução da taxa de IMI para o prédio destinado a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar, na razão de 30 euros para quem tem um dependente a seu cargo; 70 euros para quem tem dois dependentes a seu cargo; e 140 euros para quem tem três ou mais dependentes a seu cargo.

É o que me cumpre informar!

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

6 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da isenção de IMI para os prédios urbanos construídos, ampliados, melhorados ou adquiridos a título oneroso, destinados a habitação.

A Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, aprovou um conjunto de medidas no âmbito da habitação, procedendo a diversas alterações legislativas, entre elas, ao art.º 46º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

No fundo, vem permitir que a isenção de IMI do prédio destinado a habitação, que é de 3 anos, possa, e mediante deliberação da assembleia municipal, ser prorrogado por mais dois anos, passando assim a isenção de três para cinco anos.

Esta medida foi aplicada pela Câmara de Valpaços no corrente ano de 2024. Devo até dizer, que fomos uma das 20 Câmaras municipais que no país vieram a dilatar o período de isenção de IMI de 3 para 5 anos, conforme noticiou o Jornal de Negócios no dia 21 de agosto de 2024.

É sem dúvida uma ajuda que promove a compra de casa própria, estimulando indiretamente o mercado imobiliário.

A proposta hoje aqui a discussão, consubstancia-se na atribuição de um benefício a aplicar aos imóveis para habitação própria e permanente de valor patrimonial tributário de até 125 mil euros e quando os rendimentos anuais dos beneficiários não excedam 153 mil euros.

Dizer ainda, que também podem beneficiar da isenção os imóveis adquiridos para arrendamento, quando se trate da primeira transmissão, na parte destinada a arrendamento para habitação permanente do inquilino, desde que cumpridos os requisitos quanto a rendimentos e valor patrimonial da casa.

É o que me cumpre informar!

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhora Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Deputado, referiu que esta medida decorre da Lei n.º 56/2023, de 6 de outubro, que veio alterar o artigo 46.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Recordou que esta lei do partido socialista sofreu enorme contestação por parte do PSD e do partido Chega, e agora vem o executivo camarário espelhar a lei nesta proposta. Considerou a proposta bem-vinda e merece o aplauso da bancada do PS.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros**.

Resposta ao Deputado Municipal, Senhor Dr. Monsanto Glória.

O Senhor Presidente da Câmara referiu que a sua primeira prioridade é defender os interesses do Concelho, venha a lei de onde vier.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

7 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, do plano municipal de ação climática de Valpaços.

A proposta que vem aqui a discussão, consubstancia-se na versão final do Plano Municipal de ação climática de Valpaços, após a realização da obrigatória consulta pública que teve lugar por um período de 30 dias.

O Plano Municipal de Ação Climática, que certamente tiveram oportunidade de ler, é um documento estratégico que orienta as ações de um município para enfrentar as mudanças climáticas, tão latentes nos dias de hoje.

O plano foi elaborado contando com a parceria de uma entidade externa especializada, tendo sido iniciada a sua elaboração no ano 2021, que chegou a esta versão final hoje aqui em análise.

Este estudo pretende identificar, programar e implementar medidas que de certa forma reduzam a vulnerabilidade de um território aos impactos climáticos, além de promover a redução das emissões de gases de efeito de estufa.

Em linhas gerais, atendendo à extensão do documento, diria que o Plano Municipal de Ação Climática de Valpaços é uma ferramenta importante para garantir que os territórios se tornem mais sustentáveis e preparadas para os desafios impostos pelas mudanças climáticas.

O Plano pretende alcançar 5 grandes objetivos basilares:

- Avaliar as condições climáticas e as vulnerabilidades específicas do município.
- Estabelecer metas claras para a diminuição das emissões de gases poluentes.
- Propor iniciativas que promovam a sustentabilidade, como o uso de energias renováveis, transporte sustentável e manejo adequado de resíduos.
- Implementar estratégias para aumentar a resiliência do território a eventos climáticos extremos, como inundações e secas.
- Envolver a população no processo de planeamento e execução das ações.

Durante o período dos 30 dias destinado à consulta pública, não foi recebido qualquer contributo/sugestão/reclamação inerente ao projeto de plano.

Nesta sequência, importa por em prática o Plano Municipal de Ação Climática de Valpaços, cabendo a este órgão a pronúncia pela sua aprovação, condição sine qua non para a sua entrada em vigor.

É o que me cumpre informar!

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção da Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalo.

A Senhora Deputada tem constatado que em Portugal elaboram-se planos para tudo e mais alguma coisa e depois não se implementam. No caso em apreço, verifica-se, por exemplo, que 43% da poluição resulta da queima de combustíveis fósseis. Assim, questionou se a Câmara nunca ponderou introduzir na sua frota automóveis eléctricos. Constatou, ainda, que a empresa

que efetua os transportes públicos no Concelho utiliza veículos movidos a combustão. Ora, esta é a diferença entre fazer o plano e implementá-lo.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Vítor Nogaró.

O Senhor Deputado confessou não ter lido todo o plano, apenas leu a primeira parte que diz respeito à emissão de gases poluentes e efeito estufa. Conclui que os municípios de interior estão muito limitados na sua ação, não dominando, evidentemente, o efeito dos fenómenos naturais como a seca, o vento e a pluviosidade. Podem promover medidas de prevenção de fogos florestais, e pouco mais.

Relativamente à queima de combustíveis fósseis resultado dos transportes públicos, referiu que o município está limitado pela ação da comunidade intermunicipal, responsável pela contratação do serviço. Não pode, igualmente, interferir ao nível dos transportes privados, podendo apenas converter a sua frota para automóveis eléctricos.

Por último, referir que a questão dos carros eléctricos não é consensual e tem gerado grande controvérsia.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros**.

Resposta à Deputada Municipal Senhora Dra. Ema Gonçalo.

O Senhor Presidente da Câmara, começou por referir que é melhor ter um plano do que não ter plano nenhum. Confessou que, efetivamente, não se tem feito muito na renovação da frota automóvel. Estando em fim de mandato, deixou o desafio para que o plano seja posto em prática pelo seu sucessor.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

8 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da celebração de contrato de concessão de uso privativo.

A Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, proprietária do Hospital de Valpaços, pretende ampliar o hospital de Valpaços, concretamente a sua ala norte. Para poder concretizar esse projeto de alargamento, necessita de ocupar uma área do domínio público municipal,

compreendida entre o espaço que dista das instalações do hospital ao nosso edifício das águas, espaço esse, que como sabem, hoje encontra-se afeta a estacionamento público.

A necessidade desta ampliação ocorre pelo desejado aumento da infraestrutura afeta ao bloco operatório, atendendo a que a capacidade existente é limitada face às atuais solicitações.

O Município de Valpaços desde a primeira hora, abraçou este projeto de construção do novo hospital de Valpaços, tanto assim foi, que com a concordância unânime desta assembleia, foram canalizados recursos financeiros significativos tendentes à concretização da obra.

A construção dessa ampliação irá eliminar capacidade de estacionamento ao parque, cerca de 13 lugares serão supridos, atendendo não só à construção propriamente dita, mas igualmente porque a atual via de acesso ao parque será ligeiramente encolhida, concretamente entre o hospital e o perímetro do edifício das águas.

Todavia, ponderados os vários fatores, e sendo certo que a saúde ocupa um lugar cimeiro na população valpacense, foi entendimento do executivo camarário atender às solicitações da Santa Casa da Misericórdia de Valpaços, razão pela qual vem hoje aqui esta proposta a discussão e votação.

Caso a mesma seja aprovada, levará à outorga do contrato de concessão de uso privativo de espaço público, com um período de vigência de 75 anos, tendo a Santa Casa da Misericórdia de pagar à Câmara Municipal as correspondentes taxas previstas na tabela de taxas em vigor no Município de Valpaços e repor o pavimento no seu estado atual.

É o que me cumpre informar!

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados que, pela ordem de inscrição, usaram da palavra os seguintes:

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Enf.º Vítor Machado.

O Senhor Deputado começou por referir que notou a falta de um segundo bloco operatório aquando da apresentação inicial do projeto do hospital, pelo que esta ampliação é, no seu entender, de grande importância e deve merecer a aprovação desta Assembleia.

Pelo que pode aferir o bloco operatório será no 1.º andar, ficando o rés-do-chão apenas com pilares e com possibilidade de estacionamento. Se assim for, o Senhor Deputado, aconselhou vivamente a preservar esse espaço apenas para ambulâncias, de forma a facilitar o acesso ao serviço de urgências.

Intervenção do Deputado Municipal Senhor Dr. Monsanto Glória

O Senhor Deputado sublinhou a importância de alargar o espaço para a criação de mais um bloco operatório, afirmando que se está a fazer um grande trabalho clínico no hospital.

Uma nota para esclarecer que os dados que apresentou anteriormente são do INE, deste ano, e não da Pordata.

Posteriormente, o **Senhor Presidente da Assembleia** concedeu a palavra, para responder, ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, António Joaquim de Medeiros**.

Resposta à Deputada Municipal Senhor Enf.º Vítor Machado.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a proposta em apreço apenas prevê a parte do 1.º andar, ficando o rés-do-chão no domínio público.

De seguida, e não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

9 – Proposta apresentada pela Câmara Municipal, para discussão e votação, da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana.

Todos somos conhecedores que nas localidades onde habitamos há casas abandonadas, outras em ruínas e ao desmazelo; locais com uma parca salubridade, falta de estética e de segurança no edificado. Também sabemos que há falta de habitação, sobretudo nos meios mais urbanos.

As áreas de reabilitação urbana desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e revitalização do território, que passa pela transformação de áreas degradadas em locais habitáveis e funcionais, melhorando a qualidade de vida dos seus moradores.

Ao revitalizar em vez de expandir, essas áreas ajudam a preservar o meio ambiente, reduzindo a necessidade de novas construções e promovendo o uso eficiente de recursos existentes. Proporcionam a fixação da população aos seus lugares de origem.

A reabilitação não deixa de não estimular a economia local, atraindo negócios e investimentos, gerando empregos e incentivando o turismo, nomeadamente o turismo rural. Melhora a infraestrutura urbana, beneficiando todos os cidadãos.

No fundo pretende-se criar espaços mais seguros e acolhedores.

Esses fatores mostram como a reabilitação urbana é crucial para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida nos territórios.

Com a proposta hoje aqui em discussão, no fundo o que se pretende é a criação de áreas de reabilitação para todas as localidades do concelho de Valpaços, e não tão só para a cidade de Valpaços e para as vilas de Carracedo de Montenegro e Vilarandelo.

Atrás das áreas de reabilitação urbana, vêm vantagens de índole fiscal, tais com a aplicação da taxa reduzida do IVA nas empreitadas de reabilitação, as isenções de IMT, as deduções à coleta em sede de IRS, a baixa tributação sobre os rendimentos prediais e sobre as mais-valias.

É o que me cumpre informar!

Pelo **Senhor Presidente da Assembleia** foram abertas as inscrições para intervenção dos Deputados interessados. Por não haver inscrições, foi colocada à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido **APROVADA POR UNANIMIDADE**.

Sendo dezoito horas e não havendo mais nada a tratar, pelo **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente da Assembleia Municipal

António Sernache de Sousa

O 1º Secretário

Prof.ª Maria Odete do Canto Cunha Gonçalves

O 2º Secretário

António Queirós Simões